

DESAFIOS E PERCALÇOS DA INSERÇÃO DA MULHER NOS JOGOS OLÍMPICOS (1894-1965)

Sergio Settani Giglio¹

Larissa Rafaela Galatti²

Gisele Viola Machado³

Helena Altmann⁴

Roberto Rodrigues Paes⁵

Antonio Montero Seone⁶

Resumo: Este artigo analisa a trajetória da mulher nos Jogos Olímpicos (JO), destacando fatos históricos mundiais e avançando para o contexto contemporâneo, trazendo feitos e particularidades da participação da mulher brasileira. Tem cunho bibliográfico de caráter histórico, utilizando-se da análise documental com a técnica da depuração da informação, tendo por fontes o Boletim Olímpico do COI, Relatórios Oficiais dos JO e a legislação esportiva brasileira. Evidenciamos o desinteresse inicial do COI na participação feminina, canalizado principalmente por Pierre de Coubertin. Como resultado dessas diretrizes institucionais, as modalidades femininas tiveram uma tardia inserção no programa olímpico, e ainda mais lenta a participação das atletas brasileiras na competição. Até hoje as atletas brasileiras são menos presentes nos Jogos que os homens e a análise documental no Brasil evidencia que os desafios dessas atletas não foi menor que os do contexto mundial.

Palavras-chave: Mulher; Jogos Olímpicos; Atletas brasileiras; Comitê Olímpico Internacional.

Challenges and mishaps in the insertion of women in the Olympic Games (1894-1965)

Abstract: This study analyzes the history of women in the Olympic Games, highlighting global historical facts and advancing to the contemporary context, reflecting on the achievements and particularities of the Brazilian women's participation. This is a bibliographic study of historical character, using documentary analysis with the debugging technique, having as sources the Olympic Bulletin of the IOC, the Official

¹Universidade Estadual de Campinas (Campinas, Brasil). Doutor, docente da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Email: sergio@fef.unicamp.br

² Universidade Estadual de Campinas (Limeira, Brasil). Doutora, docente do Curso de Ciências do Esporte da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP. Email: larissa.galatti@fca.unicamp.br

³ Prefeitura Municipal de Taubaté (Taubaté, Brasil). Doutora pela Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Email: giseleviola@yahoo.com.br

⁴ Universidade Estadual de Campinas (Campinas, Brasil). Doutora, docente da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Email: altmann@fef.unicamp.br

⁵ Universidade Estadual de Campinas (Campinas, Brasil). Doutor, docente da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Email: robertopaes@fef.unicamp.br

⁶ Universidade da Coruña (La Coruña, Espanha). Doutor, docente da Facultad de Ciencias del Deporte y la Educación Física (INEF Galicia) da UDC. E-mail: amontero@udc.es

Reports of the Olympic Games and the Brazilian sports law. The initial disinterest of the IOC on the women's participation was evident. As a result of these institutional guidelines, women's sports were later included in the Olympic program and this was also reflected in the increased participation of Brazilian female athletes in the competition. Even today, Brazilian female athletes are still less present at the Games than men, and the Brazilian documentary analysis shows that the challenges faced by the "New World" female athletes were not minor when compared to what was experienced by women in a global context.

Keywords: Sports; Woman; Olympic Games; Brazilian Female Athletes; International Olympic Committee.

Desafios de la inserción de las mujeres en los Juegos Olímpicos (1984-1965)

Resumen: Esta investigación analiza la trayectoria de la mujer en los Juegos Olímpicos, destacando hechos históricos internacionales y avanzando para el contexto contemporáneo, con especificidad a la mujer brasileña. Tiene carácter bibliográfico e histórico, con análisis documental con la técnica de la depuración de informaciones, a partir del Boletín Olímpico del COI, Informes Oficiales de los Juegos Olímpicos y la legislación deportiva brasileña. Destacamos el desinterese del COI en la participación femenina, sobre todo por parte de Coubertin. Como resultado de estas directrices, el deporte femenino tuvo entrada tardía en los Juegos, y aún más lenta fue el desarrollo de las brasileñas. Hasta hoy, atletas brasileñas tienen participación más pequeña que los hombres, indicando que en nuestro contexto el desafío fue tan grande como alrededor el mundo.

Palabras-clave: Mujer; Juegos Olímpicos; deportistas brasileñas; Comité Olímpico Internacional.

Introdução

O caminho trilhado pelas mulheres dentro da sociedade mundial foi construído por meio de muitas resistências, exclusões e rupturas em uma estrutura controlada por uma ideologia patriarcal. Essa conjuntura, não raramente, fez com que as mulheres fossem discriminadas nas mais diferentes instâncias sociais (trabalho, leis, família etc.), deixando-as em condição de invisibilidade na historiografia (LOPES, 2006; ROMARIZ et al, 2007; SILVA, 2008). Tal panorama se alterou durante do século XIX e a mulher, antes vista como dominada e submissa, passou a ocupar um outro lugar na sociedade. Foi nesse período que aconteceu o nascimento do feminismo, do trabalho assalariado, direito à instrução e aparecimento da mulher na cena política (FRAISSE e PERROT, 1991). O século XX envolveu, para as mulheres, uma nova relação com o corpo e com a sociedade fazendo com que possam dançar, sair sozinha, explorar sua sexualidade; praticar esportes (THÉBAUD, 1991) e disputar competições esportivas (RUBIO, 2011).

Essa dinâmica social também pode ser visualizada no esporte mundial e não entendida aqui como puro reflexo da sociedade, mas como parte integrante dela. O Comitê Olímpico Internacional (COI), criado e controlado essencialmente por homens, dentro dessa lógica acabou por reforçar o lugar da mulher em relação ao homem também nos Jogos Olímpicos (JO). Reforçou-se assim o papel secundário que a mulher

ocupava na sociedade dentro da estrutura olímpica.

No Brasil, o voto feminino tornou-se um direito em 1932, mesmo ano em que, pela primeira vez, uma brasileira participou dos JO. Maria Lenk, descendente de imigrantes alemães, foi a primeira mulher sul-americana a participar dessa competição (RUBIO, 2015). Modalidades como o futebol feminino tiveram trajetória ainda mais tardia no Brasil, já que havia proibição legal até 1979. O contexto dessa proibição se inicia com o primeiro decreto-lei relacionado ao esporte foi criado em 1941, no governo de Getúlio Vargas, quando instituiu o Conselho Nacional de Desportos (CND), com a intenção de fiscalizar as práticas e manifestações esportivas (BRASIL, 1941). Mais recentemente, observamos diversas leis e órgãos regulatórios de atividades esportivas: “Lei Zico”, “Lei Pelé”, “Lei Agnelo Paiva”, “Estatuto do Torcedor”, “Lei da Copa”, além da Autoridade Pública Olímpica e a própria consolidação do Ministério do Esporte nas últimas décadas.

Se não há novidade nos fatos históricos mencionados a respeito da presença na sociedade contemporânea e mesmo o quanto foram preteridas na história do olimpismo, nossa proposta é a de tensionar, por meio de uma análise histórica, como foi o processo e as disputas para as mulheres integrarem os Jogos Olímpicos.

O desafio proposto é traçar, por meio dos documentos oficiais do COI, como as definições estabelecidas em um plano macro - o da estrutura olímpica - afetavam outro plano dessa estrutura, em sua dimensão micro, a delegação brasileira. Nesse jogo de espelhos em que a história do esporte olímpico foi construída ora refletia as decisões de um grupo formado por homens, ora distorcia a ideia de igualdade entre homens e mulheres. É, portanto, nessa articulação entre o geral e o particular, entre o macro e o micro, que problematizamos a história da participação das mulheres brasileiras nas modalidades coletivas presentes no JO.

Método

Utilizamos como fontes dois documentos referentes à legislação esportiva brasileira (1941 e 1965) e o Boletim Olímpico do COI (1894-1964). O ano de 1894 primeira data corresponde a fundação do COI e o último ano consultado o momento da entrada do voleibol feminino nos JO (primeiro esporte coletivo a ser permitida a presença feminina). Além desses documentos, pesquisamos nos Relatórios Oficiais dos JO (1896-2012) e nos resumos produzidos pelo COI (Factsheet).

Esse artigo caracteriza-se como um estudo bibliográfico de caráter histórico, com dados provenientes da intersecção de diferentes fontes constituindo-se no que Aróstegui (2006, p. 492) denominou como sendo uma *informação documental*. Tais documentos formaram um escopo documental histórico que permitiu analisar a trajetória das mulheres dentro dos JO e, por extensão, às atletas brasileiras. Atentos ao que Aróstegui (2006, p. 490) aponta sobre a tradicional “crítica das fontes” a *análise documental*, por sua vez, foi feita a partir da ideia de “depuração

da informação”. Para o autor, é necessário depurar as fontes porque a pesquisa deve partir de um problema e não de uma fonte, sendo que uma fonte será considerada adequada caso consiga responder a um maior número de perguntas.

Nesse sentido, nossa pergunta foi entender como, por meio de ações oficiais do COI, as mulheres não tiveram as mesmas oportunidades que os homens dentro dos JO. E, analisar que um dos resultados das decisões que preteriam a participação das mulheres no sentido macro se refletiu na dimensão micro em uma tardia participação das atletas mulheres na delegação brasileira. Portanto, partimos da busca por relacionar o macro e o micro, o geral e o particular para entender os desafios e os percalços da presença da mulher nos JO.

A dimensão macro: participação da mulher nos JO

A mulher, em princípio pouco inserida no mercado de trabalho, teve também restrita participação nas atividades de lazer, dentre elas o esporte. De acordo com Pfister (2000), na Europa essa situação foi apenas modificada na década de 1920 como consequência da Primeira Guerra Mundial quando as mulheres tiveram que assumir novos posicionamentos oportunizados pelo direito de voto e de acesso à Universidade.

No entanto, antes da Primeira Guerra Mundial aconteceram seis edições dos JO (incluindo os JO Intermediários realizados em Atenas em 1906, evento desconsiderado pelo site oficial do COI) e nelas podem ser constatadas as restrições quanto à participação das mulheres nos JO Modernos. Tanto que em sua primeira edição em 1896 – aristocrata e amadora – não houve participação feminina.

Pierre de Coubertin, idealizador e presidente que por mais tempo governou o COI (29 anos), tentou manter as mulheres afastadas da participação nos JO. Segundo Guttmann (2002), para a geração de Coubertin as construções sociais das distinções de gênero parecem que foram ditadas pela condição biológica. O corpo visto pela biologia trazia naquele contexto a explicação que naturalizava as diferenças entre homens e mulheres, colocando-as como frágeis e que deveriam ocupar o lugar cultural que lhes imputava o papel de futuras mães.

Por isso, a exclusão das mulheres dos JO estava baseada nos papéis sociais estabelecidos na época: cabia ao homem os conceitos de virilidade, vigor, moralidade – expressos também através do esporte – e às mulheres a maternidade, o cuidado com a casa. Conforme ressalta Goellner (2016, p. 33), “a inserção performática das mulheres no esporte era observada como forma de masculinizá-la, seja porque alteraria seu corpo, potencializando-o, seja concedendo ao seu caráter atributos reconhecidos como viris”.

As mulheres, porém, lutavam pelo seu espaço no universo esportivo. Como forma de resistência, algumas manifestações marcaram esse período, como uma grega nos Jogos de 1896, que correu a maratona de forma não oficial, sozinha, pois não foi permitida sua inscrição nos Jogos (HARGREAVES, 1994; PFISTER, 2000). As primeiras participantes aceitas

nas competições olímpicas – na categoria exibição – aconteceu nos JO de 1900, no golfe e tênis⁷, modalidades consideradas belas esteticamente e, por não possuírem contato físico, preservavam a beleza do corpo feminino.

Segundo Rubio (2011, p. 86), a escolha dessas modalidades foi fruto de um jogo de interesses definidos por um círculo masculino, “[...] que por meio de diferentes maneiras dificultou a participação feminina irrestrita nas competições olímpicas”. Em 1904, mulheres de quatro países participaram do tênis, patinação, arco e flecha, ginástica e iatismo, também como exibição. Favoreceu o fato dos Jogos serem nos EUA, país de valores menos tradicionais que dos europeus quanto à presença feminina no esporte.

O fato é que a entrada da mulher nos JO, ainda que discreta e restrita, aconteceu lentamente. Até 1908 apenas 65 mulheres enquanto 3832 homens já haviam participado das quatro primeiras edições. Apesar da participação feminina estar muito abaixo da masculina o assunto passava a compor a pauta do COI e teve um espaço de destaque no documento oficial do COI de 1912 quando foi apresentado o texto “Les femmes aux Jeux Olympiques”⁸. Nesse texto, era reforçada a visão corrente do COI de que os JO eram um evento masculino por mais que algumas mulheres passassem a disputar algumas provas.

Acreditamos que os Jogos Olímpicos devem ser reservados para os homens. Primeiro de tudo, sob o famoso provérbio ilustrado por Musset: é necessário que uma porta esteja aberta ou fechada. Podemos concordar que as mulheres tenham acesso a todos os eventos olímpicos? Não? ... Então porque permitir-lhes alguns e negar-lhes os outros? E, especialmente, sobre o que contar para estabelecer o limite entre provas permitidas e proibidas? Não há apenas jogadoras de tênis e nadadoras. Há também esgrimistas, há cavaleiras e, na América, remadoras, Amanhã haverá talvez corredoras ou até mesmo jogadoras de futebol? Tais esportes para as mulheres, para que constituiria um show recomendável perante as multidões reunidas em uma Olimpíada? Nós não pensamos que se pode fingir o que se pretende (p. 109-110, tradução livre).

O argumento daquele momento estava centrado na permissão das mulheres em disputar as provas de tênis e natação nos Jogos de 1908 e 1912. A participação das mulheres nessas modalidades, antes de representar a emancipação feminina nesses esportes, fornecia os elementos da crítica para mantê-las fora do programa olímpico. Afinal, conforme argumentavam não poderiam aceitar que as mulheres disputassem todas as modalidades oferecidas nos JO. Os argumentos finais para defender que as mulheres não deveriam compor esse espaço

⁷ O documento oficial do COI (Factsheet women in the Olympic Movement – update – May 2014, p. 1) indica que as 22 mulheres competiram somente em cinco modalidades: tênis, vela, críquete, hipismo e golfe). Porém, presume-se que apenas o tênis e o golfe eram as modalidades oficiais sendo as demais de exibição, pois no próprio documento são apresentadas o ano de entrada das modalidades femininas nos Jogos. Ver tabela 1.

⁸ *Revue Olympique*, n. 79, julho de 1912, p. 109-110. Les femmes aux Jeux Olympiques.

vinham qualificadas como “impraticável, desinteressante, antiestética”, enfim, “incorreta” a participação da mulher nos JO⁹.

A década de 1920 representou a intensificação pelo reconhecimento da participação feminina nos JO. Considerada como a mais dinâmica e respeitada líder do movimento esportivo feminino entre 1920 e 1930, a francesa Alice Milliat exerceu papel fundamental de questionamento dessa estrutura (LEIGH e BONIN, 1977). A presença e posicionamento liderado por Milliat explicita que era possível romper com a relação de submissão em que os homens decidiam e as mulheres aceitavam. Havia uma tensão colocada nas exclusões promovidas pelos homens. E foram, graças a essas tensões, que as mulheres conquistaram seu espaço nos JO. Se por um lado haviam inúmeras restrições quanto à participação das mulheres especialmente em relação aos JO, por outro elas se organizaram e criaram a sua própria entidade para defender seus interesses.

Como presidente da Federação Francesa de Desporto Feminino, Milliat entrou em conflito com Pierre de Coubertin em função da proibição da inclusão do programa completo de atletismo feminino nos Jogos da Antuérpia. Como protesto, organizou com sucesso o Encontro Internacional Feminino, em Monte Carlo, em março de 1921. Em outubro do mesmo ano foi a grande responsável pela criação da Federação Esportiva Feminina Internacional (FSFI).

Nos 15 anos da existência da FSFI (1921-1936)¹⁰, foram organizados quatro JO Femininos. O primeiro deles, aconteceu em Paris¹¹ (1922), e atraiu o interesse de aproximadamente 20 mil pessoas em um dia de evento (LEIGH e BONIN, 1977). A iniciativa teve o impacto desejado e, em Amsterdã (1928), o atletismo feminino passou a integrar os JO, ainda que o programa fosse menor que o masculino. Os protestos continuaram, tais como no boicote da delegação feminina inglesa, que se recusou a competir em um programa tão sintético, inaugurando a atitude de boicote nos Jogos e destacando a luta da mulher pela sua inserção e reconhecimento no esporte (TRALCI FILHO e RUBIO, 2012). Na tabela 1 é possível acompanhar a inclusão das modalidades olímpicas para as mulheres ao longo do tempo.

Para Quintillan (2000), a FSFI foi vítima de seu próprio sucesso e sua existência deixou de fazer sentido quando conseguiu atingir seu objetivo: aumentar a participação das mulheres nos JO e a quantidade de provas na Federação Internacional de Atletismo Amador (IAAF). O fato é que essa aproximação entre a FSFI e a IAAF fez com o que seria o quinto JO Femininos, previstos para ocorrer em Viena (1938), se transformasse no primeiro Campeonato Europeu de Atletismo controlado pela IAAF (LEIGH e BONIN, 1977).

Tabela 1 - Introdução dos esportes femininos por ano e modalidade nos JO de verão e de

⁹ *Revue Olympique*, n. 79, julho de 1912, p. 110. Les femmes aux Jeux Olympiques.

¹⁰ O empenho na organização da FSFI pode ser mensurado pelo número de Congressos realizados nesse período: Paris (1921, 1922, 1923), Gotemburgo (1926), Amsterdã (1928), Praga (1930), Viena (1932), Londres (1934) e Berlim (1936) (QUINTILLAN, 2000). A autora, ainda, indica que o encerramento das atividades da FSFI aconteceu em 1938.

¹¹ As demais edições aconteceram em Gotemburgo (1926), Praga (1930) e Londres (1934).

inverno.

Ano	Jogos Olímpicos de	Modalidade (s)
1896	Atenas	-
1900	Paris	Tênis e Golfe
1904	Saint Louis	Tiro com arco
1908	Londres	Tênis, Patinação Artística
1912	Estocolmo	Natação
1920	Antuérpia	-
1924	Paris	Esgrima
1928	Amsterdã	Atletismo, Ginástica
1932	Los Angeles	-
1936	Berlim	Esqui Alpino
1948	Londres	Canoagem
1952	Helsinque	Hipismo
1956	Melbourne	-
1960	Roma	Patinação de velocidade
1964	Tóquio	Voleibol, Luge
1968	Cidade do México	-
1972	Munique	-
1976	Montreal	Remo, Basquetebol, Handebol
1980	Moscou	Hóquei sobre a grama
1984	Los Angeles	Tiro Esportivo, Ciclismo
1988	Seul	Tênis, Tênis de Mesa, Vela
1992	Barcelona	Badminton, Judô, Biatlo
1996	Atlanta	Futebol, Softbol
1998	Nagano	Curling, Hóquei no gelo
2000	Sydney	Levantamento de peso, Pentatlo, Taekwondo, Triatlo
2002	Salt Lake City	Bobsleigh
2004	Atenas	Luta estilo livre
2008	Pequim	BMX
2012	Londres	Boxe
2014	Sochi	Salto de Esqui
2016	Rio de Janeiro	Rugbi, Golfe

Fonte: Adaptado e ampliado de Factsheet women in the Olympic Movement – update – May 2014. Disponível em:

http://www.olympic.org/Documents/Reference_documents/Factsheets/Women_in_Oly

[mpic Movement.pdf](#)>. Acesso em 17 de agosto de 2017.

Todas essas ações de embate ocorridas em torno da participação da mulher no esporte levaram ao aumento gradual de modalidades nos JO. A visão de Coubertin, no entanto, continuava adversa. Em 1928, por ocasião dos Jogos de Amsterdã, declarou que permanecia fortemente contrário à admissão das mulheres e que, contra a sua vontade, havia acontecido o aumento do número de provas femininas¹². Alguns anos depois, em 1935, seu discurso continuava o mesmo e afirmava que o verdadeiro herói olímpico era o homem adulto¹³. No entanto, conforme ressalta Boulougne (2000), Coubertin defendia que o esporte de competição era para os homens e aceitava que as mulheres participassem do esporte educacional.

O fato é que, apesar do resistente posicionamento de Coubertin, o COI estava atento para a expansão e interesse que os JO Femininos vinham despertando. Certamente por isso, em sua reunião ocorrida em Barcelona em 1931 começou a ampliar a participação feminina, mantendo no programa olímpico algumas modalidades que já haviam sido incluídas. Por unanimidade, integrariam o programa olímpico a patinação, ginástica e natação; atletismo (16 votos a favor e 3 contra) e esgrima (17 a 2)¹⁴. Para os Jogos de Berlim, em 1936, continuava a discussão sobre quais modalidades as mulheres poderiam participar. Por unanimidade estavam contempladas: patinação, esgrima, natação e ginástica; pela maioria de votos o atletismo (11 a 9) e esqui (9 a 8). As mulheres não poderiam disputar hipismo e hóquei sobre gelo¹⁵.

O tema sobre a presença das mulheres nos JO voltou a ser tratado na 48ª sessão do COI (1953) no debate sobre a redução do tamanho do evento. A redução poderia atingir os esportes coletivos opcionais, mas havia um posicionamento unânime de que as mulheres não seriam excluídas. Se, por um lado, essa posição revela um avanço conquistado pelas mulheres nos JO, por outro, a fala do presidente Brundage de que “as competidoras femininas seriam aceitas nos esportes apropriados para elas”¹⁶ confirma o quanto a visão construída pelo COI em relação à mulher estava enraizada na instituição. Um dos resultados desse posicionamento de Brundage afetou os esportes individuais e duas provas femininas

¹² *Bulletin Officiel du Comité International Olympique*, n. 11, outubro de 1928, p. 14. 3.— To the Athletes and all taking part at Amsterdam in the IXth Olympiad Games.

¹³ *Bulletin du Comité International Olympique*, n. 56, outubro de 1956. COUBERTIN'S LESSON... The Fundamentals of the Philosophy of the Modern Olympics by Pierre de Coubertin (message broadcasted from Berlin on August 4th 1935, published on the occasion of the 60th Anniversary of the Games of the 1st Olympiad, Athens 1896.).

¹⁴ *Bulletin Officiel du Comité International Olympique*, n. 18, julho de 1931, p. 13. 3— International Olympic Committee - Meeting of 1931 (Fourth Year of the Ninth Olympiad) Barcelona, 25th - 26th April.

¹⁵ *Bulletin Officiel du Comité International Olympique*, n. 26, outubro de 1934, p. 8. Session of Friday May 18th, 1934 - GAMES OF THE XIth OLYMPIAD - BERLIN 1936. PARTICIPATION OF WOMEN.

¹⁶ *Bulletin Officiel du Comité International Olympique*, n. 39-40, junho de 1953, p. 31. EXTRACT OF THE 48th SESSION. Hôtel el Prado, Mexico. April 17th, 18th and 20th 1953.

(arremesso de disco e de peso) foram excluídas do programa¹⁷ enquanto houve a permanência dos esportes coletivos¹⁸.

Nesse cenário de redução do programa olímpico, o pedido para a inclusão de novas modalidades femininas (remo, basquetebol e patinação de velocidade) encontrava resistências¹⁹. No entanto, foi exatamente nesse jogo de resistência e permissão que as mulheres conquistaram seu espaço. Isso pode ser percebido na 53ª sessão do COI realizada em Sofia quando foi proposta por K. Andrianow's a mudança na regra 29 exatamente a que era responsável pela participação da mulher nos jogos: "As mulheres estão autorizadas a competir nos esportes incluídos no Programa dos Jogos de acordo com as Regras das Federações Internacionais que possuem provas femininas, e participar dos Programa de Belas Artes" (tradução livre)²⁰. Apesar da proposta ainda não estar aceita ela foi enviada para o Comitê Executivo o que representa, sem dúvidas, uma conquista para as mulheres no cenário olímpico. Quando foi colocada novamente em discussão na sessão de Tóquio (1958), cinco membros do COI foram contrários, outros três membros defendiam a mudança e apontavam que o Movimento Olímpico deveria promover a melhoria de todos e não apenas dos homens. Diante do impasse a decisão foi postergada para 1961²¹.

As intervenções de Andrianow's foram finalmente aceitas quando conseguiu a permissão para as mulheres participarem das seguintes modalidades: atletismo, arco e flecha, basquetebol, canoagem, ciclismo, hipismo, esgrima, ginástica, handebol, remo, tiro, natação, saltos ornamentais, voleibol, patinação artística e de velocidade, esqui e iatismo²². A definição favorável do Comitê Executivo para a permissão de tais modalidades foi consolidada na sessão 58ª do COI²³. Para os JO de Tóquio foi aceita a inclusão do voleibol feminino e rejeitada a entrada do ciclismo feminino²⁴. A entrada do voleibol para as mulheres inaugurou um ciclo que facilitou posterior ingresso de outras modalidades coletivas.

¹⁷ *Bulletin Officiel du Comité International Olympique*, n. 43, dezembro de 1953, p. 21. Programme of the Olympic Games.

¹⁸ *Bulletin Officiel du Comité International Olympique*, n. 43, dezembro de 1953, p. 22. Memorandum for Press release (sent to the Press by Mr. Avery Brundage on Nov. 23d, 1953).

¹⁹ *Bulletin Officiel du Comité International Olympique*, n. 52, novembro de 1955, p. 40. ADDITIONAL WOMEN CONTESTS.

²⁰ *Bulletin du Comité International Olympique*, n. 61, fevereiro de 1958, p. 73. MINUTES of the 53rd SESSION IN SOFIA of the International Olympic Committee. Article 29.

²¹ *Bulletin du Comité International Olympique*, n. 63, agosto de 1958, p. 40. THE TOKYO SESSION MAI 1958 — Imperial Hotel — MINUTES of the Session of the International Olympic Committee. MR. ANDRIANOV'S PROPOSAL CONCERNING RULE NO. 29.

²² *Bulletin du Comité International Olympique*, n. 72, novembro de 1960, p. 67. ANNEX No. 2 - PROPOSITIONS FROM MESSRS. ANDRIANOV AND ROMANOV PRESENTED AT THE 57th SESSION OF THE INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE IN ROME 1960 MODIFICATIONS IN THE STATUS.

²³ *Bulletin du Comité International Olympique*, n. 75, agosto de 1961, p. 84. Minutes of the 58th Session of the International Olympic Committee. Rule 29.

²⁴ *Bulletin du Comité International Olympique*, n. 80, novembro de 1962, p. 48. REPORT ON THE TOKYO GAMES.

A tabela 2 mostra o número de equipes masculinas (M) e femininas (F) em cada edição olímpica. Os dados referem-se somente às modalidades coletivas que permanecem no programa olímpico atual (exceto o rugby, estreante no feminino no Rio 2016).

Tabela 2 - Número de equipes masculinas e femininas nos Esportes Coletivos dos JO.

Jogos Olímpicos	Basquete-bol		Futebol		Handebol		Hóquei		Polo Aquático		Voleibol		Rugbi de 7	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1896	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1900	-	-	D	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-
1904	D	-	D	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1908	-	-	6	-	-	-	6	-	4	-	-	-	-	-
1912	-	-	11	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-
1920	-	-	14	-	-	-	4	-	12	-	-	-	-	-
1924	-	-	22	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-
1928	-	-	17	-	-	-	9	-	12	-	-	-	-	-
1932	21	-	-	-	6	-	3	-	5	-	-	-	-	-
1936	23	-	16	-	-	-	11	-	16	-	-	-	-	-
1948	16	-	18	-	-	-	13	-	18	-	-	-	-	-
1952	15	-	25	-	-	-	12	-	21	-	-	-	-	-
1956	16	-	11	-	-	-	12	-	10	-	-	-	-	-
1960	16	-	16	-	-	-	16	-	16	-	-	-	-	-
1964	16	-	14	-	-	-	15	-	13	-	10	6	-	-
1968	16	-	16	-	16	-	16	-	15	-	10	8	-	-
1972	12	6	16	-	11	-	16	-	12	-	12	8	-	-
1976	12	6	13	-	11	6	11	-	12	-	9	8	-	-
1980	12	6	16	-	12	6	6	6	12	-	10	8	-	-
1984	12	8	16	-	12	8	12	6	12	-	10	8	-	-
1988	12	8	16	-	12	8	12	8	12	-	12	8	-	-
1992	12	12	16	-	12	8	12	8	12	-	12	8	-	-
1996	12	12	16	8	12	10	12	8	12	-	12	12	-	-
2000	12	12	16	8	12	10	12	10	12	6	12	12	-	-
2004	12	12	16	10	12	12	12	10	12	8	12	12	-	-
2008	12	12	16	12	12	12	12	12	12	8	12	12	-	-
2012	12	12	16	12	12	12	12	12	12	8	12	12	-	-
2016	12	12	16	12	12	12	12	12	12	8	12	12	12	12

D= Demonstração
Amarelo= edição em que houve igualdade do número de equipes

Fonte: Site oficial do COI²⁵.

Com exceção do hóquei sobre grama – que em 1980 teve o mesmo número de equipes no masculino e no feminino, influenciada pelo boicote liderado pelos Estados Unidos que causou a desistência de muitos países

²⁵ Essa tabela foi construída a partir dos dados contidos nos seguintes documentos: BASKETBALL: participation during the history of the Olympic Games. Disponível em: <http://www.olympic.org/Assets/OSC%20Section/pdf/QR_sports_summer/Sports_olympiques%20basketball%20eng.pdf>; FOOTBALL: participation during the history of the Olympic Games. Disponível em: <http://www.olympic.org/Assets/OSC%20Section/pdf/QR_sports_summer/Sports_olympiques_football_eng.pdf>; HANDBALL: participation during the history of the Olympic Games; HOCKEY: participation during the history of the Olympic Games. Disponível em: <http://www.olympic.org/Assets/OSC%20Section/pdf/QR_sports_summer/Sports_olympiques_handball_eng.pdf>. WATER POLO: participation during the history of the Olympic Games. Disponível em: <http://www.olympic.org/Assets/OSC%20Section/pdf/QR_sports_summer/Sports_olympiques_waterpolo_eng.pdf>; VOLLEYBALL: participation during the history of the Olympic Games. Disponível em: <http://www.olympic.org/Assets/OSC%20Section/pdf/QR_sports_summer/Sports_olympiques_volleyball_eng.pdf>. Todos os documentos foram acessados no dia 17 de agosto de 2017.

- o basquetebol inaugurou a igualdade do número de equipes masculinas e femininas a partir dos JO de Barcelona de 1992. O voleibol teve o mesmo número de equipes em 1996 enquanto handebol implantou a igualdade nos Jogos de Atenas de 2004 e o hóquei sobre grama voltou a ter o mesmo número de seleções nos Jogos de Pequim 2008. As duas modalidades coletivas que ainda possuem um número inferior de seleções femininas são o futebol e polo aquático que nunca tiveram o mesmo número de equipes no masculino e feminino.

Interessante notar que as mulheres tiveram acesso na primeira modalidade coletiva somente em 1964, com o voleibol; as modalidades coletivas de invasão vieram apenas em 1976 com o basquetebol e o handebol. Nos esportes de combate não mediados por armas (a esgrima) a primeira participação feminina aconteceu somente em 1992, no judô. Esse percurso evidencia a prevalência, ao longo do primeiro século de movimento olímpico, do paradigma instituído por Coubertin e seus contemporâneos da mulher frágil e de participação inadequada em modalidades esportivas consideradas viris.

A discrepância da participação masculina e feminina nos Jogos pode ser analisada por meio dos dados da participação feminina nos JO: a tabela 3 apresenta a participação das mulheres nos JO Modernos desde 1896, comparando os números entre participantes masculinos e femininos.

Tabela 3 - Quantidade de homens e mulheres em todas as edições de JO de verão.

Ano	País	Participantes	Mulheres	%Mulheres	Homens	%Homens
1896	Atenas	241	0	0.00%	241	100.00%
1900	Paris	997	22	2.21%	975	97.79%
1904	Saint Louis	651	6	0.92%	645	0.92%
1908	Londres	2008	37	1.84%	1971	98.16%
1912	Estocoma	2407	48	1.99%	2359	98.01%
1920	Antuérpia	2626	63	2.40%	2561	97.60%
1924	Paris	3089	135	4.37%	2954	95.63%
1928	Amsterdã	2883	277	9.61%	2606	90.39%
1932	Los Angeles	1332	126	9.46%	1206	90.54%
1936	Berlim	3963	331	8.35%	3632	91.65%
1948	Londres	4104	390	9.50%	3714	90.50%
1952	Helsinque	4955	519	10.47%	4436	89.53%
1956	Melbourne	3314	376	11.35%	2938	88.65%
1960	Roma	5338	611	11.45%	4727	88.55%
1964	Tóquio	5151	678	13.16%	4473	86.84%
1968	Cidade do México	5516	781	14.16%	4735	85.84%
1972	Munique	7134	1059	14.84%	6075	85.16%
1976	Montreal	6084	1260	20.71%	4824	79.29%
1980	Moscou	5179	1115	21.53%	4064	78.47%
1984	Los Angeles	6829	1566	22.93%	5263	77.07%
1988	Seul	8391	2194	26.15%	6197	73.85%
1992	Barcelona	9356	2704	28.90%	6652	71.10%
1996	Atlanta	10318	3512	34.04%	6806	65.96%
2000	Sidnei	10651	4069	38.20%	6582	61.80%
2004	Atenas	10625	4329	40.74%	6296	59.26%
2008	Pequim	10942	4637	42.38%	6305	57.62%
2012	Londres	10490	4676	44.58%	5737	55.42%
2016	Rio de Janeiro	11237	~4700	~45%	~6537	~55%

Fonte: Tabela produzida pelos autores a partir dos dados contidos no site oficial do COI (Past Games). Disponível em <<http://www.olympic.org/olympic-games>>; Factsheet Women In The Olympic Movement Update – June 2016 Disponível em <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Factsheets-Reference-Documents/Women-in-the-Olympic-Movement/Factsheet-Women-in-the-Olympic-Movement-June-2016.pdf#_ga=2.4920885.703959199.1496067589-1897175215.1495633337>. Acesso em 17 de agosto de 2017.

À primeira vista, os dados da tabela 3 sugerem um caminhar para igualdade entre o número de homens e mulheres, afinal, em Londres 2012 foram 44,58% mulheres e 55,42% homens. Essa aproximação, mais do

que indicar uma busca por igualdade entre homens e mulheres, revela o aumento do número de equipes coletivas a cada edição olímpica (tabela 2). Se olharmos os números absolutos da maior presença das mulheres nos JO, aproximadamente 4700 atletas nos Jogos de Londres 2012 e do Rio de Janeiro 2016, ainda permanece menor do que o número absoluto de homens nos Jogos do México de 1968 (4735). De 1968 para 2008, apenas na edição de Moscou em 1980 é que houve um número menor de homens (4064) quando comparado com o número de mulheres em 2012 (esse decréscimo pode ser justificado pelo boicote promovido pelos Estados Unidos em relação à União Soviética).

Portanto, embora o aumento da presença feminina esteja constantemente em crescimento ao longo da história dos JO (com pequenas quedas em 1956 e 1980, esta última também afetada pelo boicote mencionado), indica também, por meio dos números absolutos, uma distância de 44 anos da presença nos JO entre homens e mulheres. Utilizando o argumento de Hargreaves (1994), pode-se inferir, por meio desses números, que apesar da entrada das mulheres nos JO, a resistência promovida por Coubertin para a participação feminina permaneceu na lógica do COI.

As consequências da política do COI de não participação pode ser observada em toda estrutura interna da entidade e externa materializada pelas Federações Internacionais e Comitês Olímpicos. Na sua estrutura interna, em 1973, o COI decidiu que as mulheres poderiam se tornar membros, mas as primeiras mulheres a integrarem a entidade foram a venezuelana Flor Isava-Fonseca e a finlandesa Pirjo Haeggman, ambas em 1981. Em 1990, Flor Isava-Fonseca se tornou a primeira mulher a compor o Comitê Executivo e a americana Anita DeFrantz foi a primeira vice-presidente (1997-2001). Até maio de 2014, o COI possuía 24 mulheres no quadro de membros e 106 já não atuavam como membros da entidade²⁶. Na estrutura externa, a primeira presidente de uma Federação Internacional foi a britânica Inger Frith, em 1961, eleita para presidir Federação de Arco e Flecha²⁷; a primeira secretária geral eleita, em 1962, foi L.M. Francey da Associação Olímpica da África do Sul²⁸ e a primeira presidente de um Comitê Olímpico Nacional foi a H.R.H. Princesa Irene da Grécia em 1964²⁹. Em 2014, 11 mulheres ocupavam o cargo de presidente de algum Comitê Olímpico Nacional e outras 24 mulheres como secretária-geral³⁰.

²⁶ Factsheet Women In The Olympic Movement Update – May 2014. Woman in the IOC. Disponível em http://www.olympic.org/Documents/Reference_documents/Factsheets/Women_in_Olympic_Movement.pdf. Acesso em 17 de agosto de 2017.

²⁷ *Bulletin du Comité International Olympique*, n. 76, novembro de 1961, p. 30. News in brief.

²⁸ *Bulletin du Comité International Olympique*, n. 77, fevereiro de 1962, p. 33. News in brief.

²⁹ *Bulletin du Comité International Olympique*, n. 87, agosto de 1964, p. 49. A Princess as President^[SEP] of a National Olympic Committee.

³⁰ Factsheet Women In The Olympic Movement Update – May 2014. Woman in NOCs and Ifs. Disponível em

A dimensão micro: Participação das Atletas Brasileiras nos JO

O Brasil participou pela primeira vez dos JO em 1920 com uma delegação de 22 atletas homens. Ao longo dos anos, a mulher brasileira ampliou sua participação no universo esportivo, ganhando, inclusive, mais visibilidade e reconhecimento (GOELLNER, 2005). Entretanto, isso não significou a massificação do esporte feminino no Brasil ou mesmo a evolução imediata de nossas atletas olímpicas, visto que as primeiras medalhas vieram somente 64 anos depois, em Atlanta 1996 (TRALCI FILHO e RUBIO, 2012).

As primeiras participações das brasileiras na natação e esgrima nos JO de 1932 e 1936 tiveram de ser validadas e recomendadas por médicos e instrutores da época (RUBIO, 2011). Em 1941, um decreto-lei que estabelecia as bases de organização do esporte em todo o país, afirmava: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país” (Brasil, 1941)³¹.

Em 1965, nova deliberação tornou mais específica essa restrição: “2. Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo-aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball” (BRASIL, 1965). Tal legislação permaneceu em vigor por 14 anos, quando foi revogada. Ainda que não tenha conseguido impedir completamente a prática dos esportes mencionados – dentre as quais o mais popular esporte nacional, o futebol – impediu a implementação de políticas públicas e práticas educativas, restringindo as possibilidades de vivência esportiva às mulheres (ALTMANN e REIS 2013; GOELLNER e KESSLER 2014; MORAES 2012).

Foi em 21 de dezembro de 1979 que uma nova deliberação do Conselho Nacional de Desportos (CND) permitiu às mulheres a prática esportiva de acordo com as formas e condições estabelecidas pelas entidades internacionais dirigentes de cada disciplina. (BRASIL, 1981). Acerca dessa legislação é preciso fazer uma inferência em relação ao futebol feminino. Como parte desse contexto da revogação, os dirigentes brasileiros da modalidade tinham conhecimento do interesse da FIFA, via o presidente brasileiro João Havelange, de que a entidade investiria no futebol feminino, evidenciado o fato que essa deliberação de 1979 tinha a intenção de internacionalizar o esporte brasileiro, principalmente no caso do futebol por ter algo concreto em termos de competições esportivas para as mulheres (CAPUCIM E SILVA, 2015).

Tralci Filho e Rubio (2012) ressaltam que a crença na inferioridade do corpo feminino se estendeu até os anos de 1970, com documentos

<http://www.olympic.org/Documents/Reference_documents/Factsheets/Women_in_Olympic_Movement.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2017.

³¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm (DEL 3.199/1941 (DECRETO-LEI) 14/04/1941).

embasados em uma suposta fragilidade natural feminina para justificar a não inclusão da mulher no esporte. Tal fato pode ser analisado por meio dos dados da composição da delegação brasileira ao longo das edições olímpicas, como mostra a tabela 4.

Tabela 4 - Quantidade de homens e mulheres da delegação brasileira nos JO.

Ano	Local	Participantes	Mulheres	% Mulheres	Homens	% Homens
1896	Atenas	-	-	-	-	-
1900	Paris	-	-	-	-	-
1904	Saint Louis	-	-	-	-	-
1908	Londres	-	-	-	-	-
1912	Estocolmo	-	-	-	-	-
1920	Antuérpia	29	0	0,00%	29	100,00%
1924	Paris	11	0	0,00%	11	100,00%
1928	Amsterdã	-	-	-	-	-
1932	Los Angeles	85	1	1,18%	84	98,82%
1936	Berlim	95	6	6,32%	89	93,68%
1948	Londres	79	11	13,92%	68	86,08%
1952	Helsinque	108	5	4,63%	103	95,37%
1956	Melbourne	48	1	2,08%	47	97,92%
1960	Roma	82	1	1,22%	81	98,78%
1964	Tóquio	70	1	1,43%	69	98,57%
1968	Cidade do México	83	3	3,61%	80	96,39%
1972	Munique	89	5	5,62%	84	94,38%
1976	Montreal	93	7	7,53%	86	92,47%
1980	Moscou	109	15	13,76%	94	86,24%
1984	Los Angeles	151	22	14,57%	129	85,43%
1988	Seul	174	35	20,11%	139	79,89%
1992	Barcelona	178	51	28,65%	127	71,35%
1996	Atlanta	225	66	29,33%	159	70,67%
2000	Sidney	206	94	45,63%	112	54,37%
2004	Atenas	247	122	49,39%	125	50,61%
2008	Pequim	277	133	48,01%	144	51,99%
2012	Londres	259	123	47,49%	136	52,51%
2016	Rio de Janeiro	465	209	44,94	256	55,06%

Podemos observar que nas primeiras oito edições dos JO nenhuma atleta brasileira esteve presente. A estreia aconteceu apenas na nona edição nos Jogos de 1932 e a primeira mulher brasileira Maria Lenk foi única entre os 85 integrantes da delegação, significando 1,18% do total de atletas do país, quando no geral as mulheres já representavam 9,46% dos atletas olímpicos. Somente em 1980 as brasileiras passaram a representar mais de 10% da delegação nacional. A partir de 1980, há uma expansão e consolidação da presença de mulheres brasileiras, sendo que somente a partir de Sydney 2000 o número de atletas olímpicos brasileiros entre homens e mulheres se aproxima da igualdade. Naquele ano, o Brasil superou a proporção da média dos demais países de participação de

mulheres na delegação, como demonstra a tabela 5:

Tabela 5 - Comparação da proporção de atletas femininas de todas as nações com a da delegação brasileira nos JO.

Ano	Local	% Mulheres (geral)	% Mulheres (Brasil)
1896	Atenas	0,00%	-
1900	Paris	2,21%	-
1904	Saint Louis	0,92%	-
1908	Londres	1,84%	-
1912	Estocomo	1,99%	-
1920	Antuérpia	2,48%	0,00%
1924	Paris	4,37%	0,00%
1928	Amsterdã	9,61%	-
1932	Los Angeles	9,46%	1,18%
1936	Berlim	8,35%	6,32%
1948	Londres	9,50%	13,92%
1952	Helsinque	10,47%	4,63%
1956	Melbourne	11,35%	2,08%
1960	Roma	11,45%	1,22%
1964	Tóquio	13,16%	1,43%
1968	Cidade do México	14,16%	3,61%
1972	Munique	14,84%	5,62%
1976	Montreal	20,71%	7,53%
1980	Moscou	21,53%	13,76%
1984	Los Angeles	22,93%	14,57%
1988	Seul	26,15%	20,11%
1992	Barcelona	28,90%	28,65%
1996	Atlanta	34,04%	29,33%
2000	Sidnei	38,20%	45,63%
2004	Atenas	40,74%	49,39%
2008	Pequim	42,38%	48,01%
2012	Londres	45,31%	47,49%
2016	Rio de Janeiro	45%	44,94%

Fonte: Tabela elaborada a partir da intersecção dos dados disponíveis nas tabelas 1e 2³².

As primeiras medalhas olímpicas de atletas brasileiras (voleibol, vôlei de praia e basquetebol) foram conquistadas somente em 1996, 74 anos depois da estreia de uma atleta brasileira nos JO. Para Rubio (2011, p. 87), essa conquista tardia de medalhas não é causalidade, “[...] mas sim resultado de um processo que envolve ideologia, políticas públicas e representações sociais”.

Tabela 6 - Comparação da proporção de medalhas de atletas femininas e masculinos da delegação brasileira nos JO (a partir de 1996, quando o esporte feminino do Brasil passa a conquistar medalhas)

Ano	Local	Número Medalhas Brasil	Número Medalhas Esporte Masculino	Número Medalhas Esporte Feminino	% Medalhas Femininas
1996	Atlanta	15	11	4	26,66%
2000	Sydney	12	8	4	33,33%
2004	Atenas	10	8	2	20%
2008	Pequim	15	9	6	40%
2012	Londres	17	11	6	35,29%
2016	Rio de Janeiro	19	14	5	26,31%
	Total	88	61	27	30,68%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir de informação do site do Comitê Olímpico Brasileiro.

Desde 1996 foram 27 as medalhas olímpicas brasileiras conquistadas pelo esporte feminino, em paralelo a 61 pelo masculino, em um total de 88 medalhas (tabela 6). Destaque para a edição de Pequim, em 2008, quando esporte feminino brasileiro fez sua maior contribuição com 40% das medalhas. Destas, duas foram de ouro, enquanto o masculino conquistou uma medalha de ouro; assim, o esporte feminino foi mais relevante para a 22^a colocação do país no quadro geral de medalhas naquela edição.

As diferenças produzidas por esse processo de exclusão das mulheres se potencializou na realidade brasileira. Marcada por decretos que proibiam a participação da mulher no esporte o resultado foi a produção de uma discrepância de gênero. Desse modo, os dados não podem ser analisados de forma isolada, precisam ser entendidos como uma complexa rede de relações que acabou por colocar a mulher brasileira em segundo plano quando o assunto era o esporte de alto rendimento. As mulheres que conseguiram romper as barreiras e figurar em delegações nacionais muito antes de qualquer conquista significativa em termos de medalhas precisam ser entendidas como desbravadoras de um campo praticamente inexistente. Foi graças a elas que, mesmo tardiamente, as mulheres brasileiras tiveram a possibilidade de conquistar um lugar no pódio.

Considerações finais

Ao tensionar a dimensão macro das decisões do COI em relação à presença das mulheres nos J.O., podemos compreender melhor seus efeitos na dimensão micro aqui proposta, referente à presença das mulheres na delegação brasileira – ambos a partir de fontes primárias, incluindo os Boletins Olímpicos, ainda pouco investigados em nosso contexto.

A entrada da mulher nos JO foi feita a partir de questionamentos e rupturas. A lógica da continuidade serviu aos homens que integravam o COI para manter o *status quo* de ser um espaço masculino. Às mulheres coube lutar pelo seu espaço já que, conforme ressalta Hargreaves (1994), o COI ao longo de sua história consolidou-se como sendo o “mundo dos homens”, infiltrado por um pequeno número de mulheres.

Pierre de Coubertin foi um dos importantes líderes do movimento olímpico que promoveu resistências para a entrada da mulher nas competições. Ao mesmo tempo que suas ações em reestruturar os JO o colocam como um agente ativo de seu tempo o coloca como parte da sociedade da época que defendia o espaço da mulher como sendo o do lar. Não há dúvidas de que seu posicionamento influenciou a visão do COI em relação à participação feminina nos JO refletindo-se por meio dos obstáculos que as mulheres tiveram que enfrentar ao longo da história olímpica. Sem dúvida, pontos de resistência, tal qual o promovido por Alice Milliat, fizeram o COI repensar suas restrições.

O esporte feminino passou por diferentes momentos tanto no exterior quanto no Brasil. Ao tomarmos os JO como ponto de análise pudemos evidenciar os inúmeros embates pelos quais as modalidades femininas passaram para que, gradativamente, fossem incluídas no programa olímpico. A igualdade do número de equipes masculinas e femininas após muitos anos de desigualdade acontece em quatro modalidades coletivas (basquetebol, handebol, hóquei sobre grama, voleibol e rúgbi). Os anos 1990 representam o início da emancipação da mulher-atleta no esporte olímpico.

Se anteriormente os discursos biológicos eram a base da negativa da presença da mulher nas provas esse cenário mudou. Embora a divisão entre provas masculinas e femininas permaneça como demarcador das diferenças, permanecendo como um “espaço de produção de corpos generificado” (GOELLNER, 2016, p. 31) e reforçadas por meio da mensuração tempos, vestimentas e interesse da própria mídia em retratar tais competições, a presença efetiva da mulher no evento impede que se questione a sua presença ali.

No Brasil, as mulheres somente conseguiram participar dos JO no ano de 1932, 32 anos após a primeira participação feminina nos Jogos de mulheres de outros países. Desde então, de uma forma geral as modalidades femininas do Brasil vêm se inserindo aos poucos nos Jogos, quando na edição do Rio 2016, os números entre homens e mulheres brasileiros participantes dos Jogos foi praticamente equivalente. A representatividade quanto ao número de medalhas oscila desde as primeiras conquistas em 1996, representando entre 20% e 40% do total de medalhas do país e isso se deve a uma condição histórica que apartou

as mulheres desses espaços. Certamente as proibições legais que perduraram oficialmente até o final dos anos 1970 tiveram influência determinante no cenário nacional.

Uma vez aproximado o número de atletas masculino e feminino nos JO Modernos, é o momento do COB brasileiro e suas federações esportivas vinculadas fomentarem o apreço ao esporte feminino, viabilizando a exposição das atletas na mídia, articulando ações de estímulo e divulgação do esporte feminino, de maneira a potencializar sua prática em diferentes níveis para além da revelação de atletas.

Somente assim, além de novas atletas, poderá ser superada a assimetria que os JO produziram em torno de homens e mulheres. A diminuição dessa distância não será possível somente com a equidade no número de equipes olímpicas, mas por meio do estímulo e formação de pessoas vinculadas ao esporte feminino, fortalecendo-o enquanto fenômeno social de suma importância no mundo contemporâneo.

Referências bibliográficas

ALTMANN, Helena; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Futsal feminino na América do Sul: trajetórias de enfrentamento e de conquistas. *Movimento (ESEF/UFRGS)*, v. 19, n. 3, p. 211-232, 2013.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru-SP: Edusc, 2006.

BOULONGNE, Yves-Pierre. Pierre de Coubertin and women's sport. *Olympic Review*, XXVI-31, fevereiro-março de 2000, p. 23-26.

BRASIL, 1941. Decreto lei n. 3199 de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. 1941. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 8 de novembro de 2014.

_____. Conselho Nacional de desportos. 1965. Deliberação n. 7 de agosto de 1965. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 8 de novembro de 2014.

_____. 1981. Conselho Nacional de Desportos. Normas básicas sobre desportos. Deliberações 1979, Rio de Janeiro.

_____. 2015. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. Accessed December 21, 2015. http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf
Acesso em: 21.12.2015.

CAPUCIM E SILVA, Giovana. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1941-1983)*.

2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COAKLEY, Jay. *Sport in society: issues and controversies*. New York: WCB/McGraw Hill, 1998.

ELIAS, Norbert.; DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Difusão, 1992.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Introdução: ordens e liberdades. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). *História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. 4º Vol. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 9-15.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Revista Pensar a Prática*, Goiás, v. 8, n. 1, 2005, p. 85-100.

_____. Jogos Olímpicos: a generificação de corpos performantes. *Revista USP*, São Paulo, n. 108, p. 29-38, 2016.

GOELLNER, Silvana Vilodre; KESSLER, Cláudia Samuel. A sub-representação do futebol praticado por mulheres no Brasil: mudar o foco para visibilizar a modalidade. In: PINHEIRO, Francisco; MELO, Victor Andrade de. *A bola ao ritmo de fado e samba: 100 anos de relações luso-brasileiras no futebol*. Porto: Edições Afrontamento, 2014.

GUTTMANN, Allen. *The Olympics: a history of the Modern Games*. 2ª ed. Illinois: Universtiy of Illinois Press, 2002.

HARGREAVES, Jennifer. *Sporting females: critical issues in the history and sociology of women's sports*. Londres: Routledge, 1994.

LEIGH, Mary H.; BONIN; Thérèse M. The pioneering role of madame Alice Milliat and the FSFI in establishing International Trade and Field competition for women. *Journal of Sport History*, v. 4, n. 1, 1977, p. 72-83.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, junho 2006, p. 405-430.

MORAES, Enny Vieira. *As mulheres também são boas de bola: histórias de vida de jogadoras baianas (1970-1990)*. 2012. 287 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Gilberto; CHEREM, Eduardo H. L.; TUBINO, Manoel J. G. A inserção histórica da mulher no esporte. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 16, n. 2, 2008, p. 117-125.

PFISTER, Gertrud; Women and the Olympic Games. In: DRINWATER, Barbara L. (Org.). *Women in Sport*. Oxford: Blackwell Science Ltd., 2000, p. 3-19.

QUINTILLAN, Ghislaine. Alice Milliat and the Women's Games. *Olympic Review*, n. XXVI-31:, fevereiro-março de 2000, p. 27-28.

ROMARIZ, S. R; DEVIDE, F. P.; VOTRE, S. Atleta, substantivo feminino: as mulheres brasileiras nos JO. *Movimento (ESEF/UFRGS)*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, janeiro/abril, 2007, p. 207-216.

RUBIO, Katia. A cordialidade feminina no esporte brasileiro. In: RUBIO, Katia. (org.). *As mulheres e o esporte olímpico brasileiro*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 85-102.

SILVA, T. M. G. da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. *Politeia: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, 2008, p. 223-231.

THÉBAUD, Françoise. A grande guerra: o triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). *História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. 4º Vol. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 31-93.

TRALCI FILHO, Marcio Antonio; RUBIO, Katia. As identidades da atleta brasileira: os "pontos de apego temporários" da mulher na vida esportiva. *Movimento (ESEF/UFRGS)*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, abr/jun de 2012, p. 255-275.